

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS - **SINDUSCON-GO** E O SINDICATO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) EM TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS - **SINTTEL**.

CLÁUSULA PRIMEIRA : JURISDIÇÃO E VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange os trabalhadores das empresas construtoras de rede de telefonia no Estado de Goiás, conforme classificação de funções da cláusula segunda.

O prazo de vigência da presente Convenção será de 1º de Maio de 2000 até 30 de Abril de 2001.

CLÁUSULA SEGUNDA: CLASSIFICAÇÃO DE FUNÇÕES

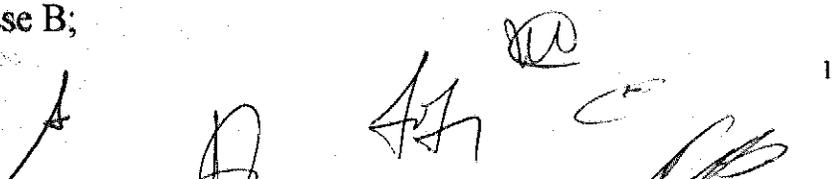
Fica adotada as seguintes classificações de funções:

CABISTA A: É aquele com capacidade comprovada pela concessionária (Telegoiás) para emendar cabos, tanto fora como em serviço, de até 2400 pares e executar os demais serviços associados à classe C;

CABISTA B: É aquele com capacidade comprovada pela concessionária (Telegoiás) para emendar cabos, fora de serviço de até 2400 pares e demais serviços associados à classe C;

CABISTA C: É aquele com capacidade comprovada pela concessionária (Telegoiás) para emendar cabos, fora de serviço de até 300 pares;

IRLA: (instalador, repassador de linhas e aparelhos). É aquele com capacidade comprovada pela concessionária (Telegoiás) para reparar e instalar linhas e aparelhos e demais serviços associados à classe B;



1

LINHEIRO: É aquele com capacidade comprovada pelas empresas, para executar instalação de cabo aéreo e subterrâneo, aterramentos, podas de árvores e os demais serviços associados a classe L;

LIGADOR: É aquele profissional com capacidade para ativar, desativar, bloquear e remanejar terminais telefônicos; testar linhas de assinantes; testar tráfego regional DDD; auxiliar IRLA'S e Cabistas nos testes de linhas, cabos e troncos telefônicos; acompanhar a transmissão de emissoras de rádio; efetuar reparo no sistema de alarme; controlar a relação de bloqueio e desbloqueio de terminais telefônicos por falta de pagamento;

SUB-OFFICIAL DE LANÇAMENTO OU EMENDA: É um auxiliar ou aprendiz que deverá ser avaliado na empresa e pela concessionária (Telegoiás) para ascender à classificação anterior;

ENCARREGADO DE EQUIPE CLASSE "A": É o oficial de lançamento ou emenda que demonstra capacidade de liderança, conhecimento das normas práticas da Telegoiás/Telebrás, agilidade e habilidade para operar os aparelhos utilizados e conhecimento nos testes elétricos e mecânicos, o qual será avaliado pela concessionária (Telegoiás).

ENCARREGADO DE EQUIPE CLASSE "B": É o oficial de lançamento ou emenda que demonstra capacidade de liderança, conhecimento de normas práticas da Telegoiás / Telebrás, agilidade e habilidade para operar os aparelhos otimizados e conhecimento dos testes elétricos e mecânicos, estando apto para construir redes de cabos até 2.400 pares fora de serviço.

ENCARREGADO DE EQUIPE CLASSE "C": É o oficial de lançamento ou emenda que demonstra capacidade de liderança, conhecimento de normas práticas da Telegoiás / Telebrás, agilidade e habilidade para operar os aparelhos otimizados e conhecimento dos testes elétricos e mecânicos, estando apto para construir redes de cabos até 300 pares fora de serviço.

CABISTA SENAI - É aquele profissional formado em curso de cabista ministrado pelo SENAI, que a partir da conclusão do mesmo ficará em experiência por 90 (noventa) dias nas atividades de rede telefônica externa na empresa que patrocinou a sua formação profissional.

[Handwritten signatures and initials]

FACILITADOR – É o profissional que designa as conexões necessárias para a instalação de uma linha/aparelho.

EXAMINADOR – É o profissional que executa o exame de linha, cabo e central, encaminhando informações para o código 103, CO'S e CMR.

DESPACHANTE – É o profissional que informa ao IRLA as conexões (primário, secundário, par dedicado etc.) e demais informações necessárias para a execução de serviços (instalação/retirada/reparo).

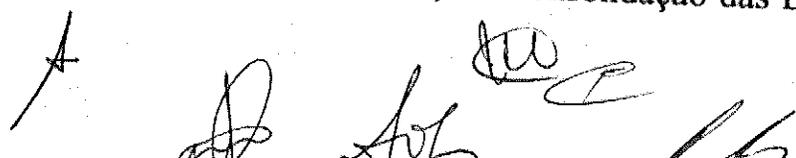
CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PISOS SALARIAIS

Os pisos salariais do mês de maio de 2000, conforme definido na CCT, terão os seguintes valores:

| CATEGORIA | VALOR / MÊS |
|-----------------|--------------------|
| IRLA / LINHEIRO | R\$ 393,91 mensais |
| CABISTA "A" | R\$ 524,69 mensais |
| CABISTA "B" | R\$ 419,17 mensais |
| CABISTA "C" | R\$ 393,91 mensais |
| ENCARREGADO "A" | R\$ 857,60 mensais |
| ENCARREGADO "B" | R\$ 728,96 mensais |
| ENCARREGADO "C" | R\$ 600,33 mensais |
| SUB-OFCIAL | R\$ 236,43 mensais |
| CABISTA SENAI | R\$ 236,43 mensais |
| FACILITADOR | R\$ 393,91 mensais |
| EXAMINADOR | R\$ 393,91 mensais |
| DESPACHANTE | R\$ 393,91 mensais |

CLÁUSULA QUARTA: DO REAJUSTAMENTO SALARIAL

CONSIDERANDO as obrigações dos Sindicatos signatários do presente instrumento normativo na estipulação de condições de trabalho, bem como o que dispõe a legislação pertinente, especialmente os arts. 6º, 7º, "caput" e incisos IV, V, VI, XXVI, 8º, III e VI, da Constituição Federal e os arts. 611, 613, incisos IV e VII, da Consolidação das Leis

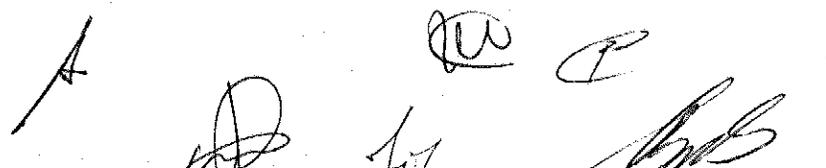


do Trabalho – CLT, resolvem, com a devida aprovação das Assembleias Geral Extraordinária laboral e patronal, em consequência do fruto das negociações sindicais conceder aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva, o reajuste salarial na forma a seguir apresentada:

No mês de Maio de 2000, as empresas representadas pelo Sindicato Patronal, dentro da área de jurisdição das entidades convenientes, concederão aos seus empregados da administração, um reajuste salarial na proporção dos percentuais abaixo apresentados, tendo em vista que em maio/1999, por fruto das negociações coletivas, os salários permaneceram idênticos aos de maio/1998 sendo concedido em benefício da categoria tão somente um abono de natureza não salarial, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 1999/2000, com a finalidade de regularizar o período 1999/2000.

| MÊS DE ADMISSÃO | Percentual de aumento a incidir sobre os salários vigentes na data de admissão |
|----------------------|--|
| MAIO/98 e anteriores | 9,92% (nove vírgula noventa e dois por cento) |
| JUNHO/98 | 9,49% (nove vírgula quarenta e nove por cento) |
| JULHO/98 | 9,06% (nove vírgula zero seis por cento) |
| AGOSTO/98 | 8,63% (oito vírgula sessenta e três por cento) |
| SETEMBRO/98 | 8,20% (oito vírgula vinte por cento) |
| OUTUBRO/98 | 7,78% (sete vírgula setenta e oito por cento) |
| NOVEMBRO/98 | 7,35% (sete vírgula trinta e cinco por cento) |
| DEZEMBRO/98 | 6,93% (seis vírgula noventa e três por cento) |
| JANEIRO/1999 | 6,51% (seis vírgula cinquenta e um por cento) |
| FEVEREIRO/1999 | 6,09% (seis vírgula zero nove por cento) |
| MARÇO/1999 | 5,67% (cinco vírgula sessenta e sete por cento) |
| ABRIL/1999 | 5,26% (cinco vírgula vinte e seis por cento) |
| MAIO/1999 | 4,84% (quatro vírgula oitenta e quatro por cento) |
| JUNHO/1999 | 4,43% (quatro vírgula quarenta e três por cento) |
| JULHO/1999 | 4,02% (quatro vírgula zero dois por cento) |
| AGOSTO/1999 | 3,61% (três vírgula sessenta e um por cento) |
| SETEMBRO/1999 | 3,20% (três vírgula vinte por cento) |
| OUTUBRO/1999 | 2,80% (dois vírgula oitenta por cento) |
| NOVEMBRO/1999 | 2,39% (dois vírgula trinta e nove por cento) |
| DEZEMBRO/1999 | 1,99% (um vírgula noventa e nove por cento) |
| JANEIRO/2000 | 1,59% (um vírgula cinquenta e nove por cento) |
| FEVEREIRO/2000 | 1,19% (um vírgula dezenove por cento) |
| MARÇO/2000 | 0,79% (zero vírgula setenta e nove por cento) |
| ABRIL/2000 | 0,39% (zero vírgula trinta e nove por cento) |

A



4

CLÁUSULA QUINTA: ADICIONAL DE CONDUTOR DE VEÍCULOS

As empresas pagarão a todos os empregados quando dirigirem veículos da mesma ou a serviço da mesma ou a serviço dela, o adicional mensal de condutor, no valor de 10% do salário nominal do empregado.

CLÁUSULA SEXTA: ACIDENTE DE TRABALHO

Em caso de acidente do trabalho, o empregador comunicará imediatamente a família do acidentado, quando o mesmo for levado do local do acidente para o hospital, fornecendo o nome e o endereço do hospital onde se encontra o empregado.

* **Parágrafo Único:** Ocorrendo acidente de trabalho com morte, o empregador deverá constituir uma Comissão para Apuração da Causa do Acidente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a ocorrência, que se reunirá no local do acidente, e será composta pelo Responsável Técnico da Obra, pelo Responsável do Serviço Especializado de Engenharia e Medicina do Trabalho da empresa, se houver, pelo Representante da Delegacia Regional do Trabalho, pelo Representante do Sindicato Patronal e pelo Representante do Sindicato Laboral.

CLÁUSULA SÉTIMA: ACIDENTES COM VEÍCULOS

Nos casos de acidentes com veículos da empresa ou a serviço dela, os empregados só serão responsabilizados monetariamente, quando comprovada a culpa ou dolo do condutor, através de órgão de trânsito competente.

Parágrafo Primeiro: Nos casos de comprovada culpa do empregado, o desconto decorrente será efetuado em parcelas mensais consecutivas, correspondentes a 10% da remuneração do empregado, não podendo ultrapassar de 15 parcelas mensais.



Parágrafo Segundo: Na rescisão contratual o desconto equivalerá até o valor de uma remuneração mensal.

Parágrafo Terceiro: As Entidades Convenentes solicitarão junto à autoridade competente, autorização para estacionar em local proibido, quando necessário à execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

As Entidades Convenentes através de uma comissão de higiene e segurança do trabalho delimitarão as áreas insalubres a fim de que as empresas eliminem os riscos à saúde do trabalhador, fornecendo os equipamentos de proteção individual correspondentes.

Parágrafo Único: Após a delimitação das áreas insalubres, as empresas que não cumprirem o estabelecido no “Caput” desta cláusula, pagarão o adicional de insalubridade na forma da lei.

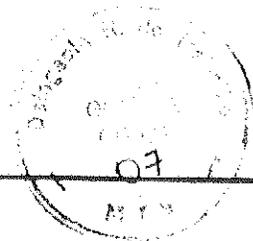
CLÁUSULA NONA: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

* As Entidades Convenentes solicitarão à Delegacia Regional do Trabalho, a realização de perícia a fim de esclarecer se a atividade desenvolvida pelos trabalhadores na construção ou reparos de redes telefônicas é periculosa. Caracterizada a periculosidade as empresas pagarão o adicional de 30% do salário nominal do empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA: JORNADA DE TRABALHO

* A jornada de trabalho é fixada em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, distribuídas de segunda à sexta-feira. O sábado é dia livre, sendo admissível a prestação de serviços sob regime de horas extras ou como compensação da jornada, conforme acordo entre as partes.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: BANCO DE HORAS

O regime de BANCO DE HORAS, criado pela Lei nº 9.601/98, obedecidas as disposições constantes do referido texto legal, se regulará conforme o disposto nos parágrafos seguintes e vigorará a partir de 1º de maio de 2000.

Parágrafo Primeiro: As contratações de horas extras, no regime de BANCO DE HORAS, só poderão ser efetivadas mediante assinatura pela empresa de TERMO DE ADESÃO AO REGIME DE BANCO DE HORAS, que constitui parte integrante desta Convenção Coletiva de Trabalho, sob a forma de anexo, devendo ser compensadas a metade das horas apuradas dentro de um período máximo de 120 (cento e vinte) dias;

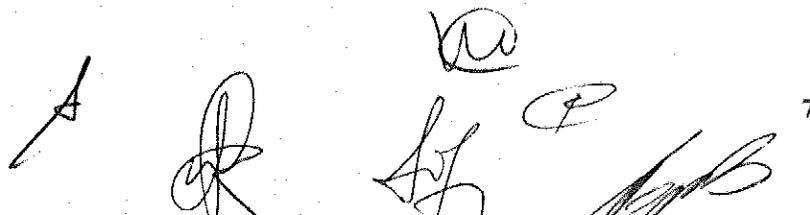
Parágrafo Segundo: A empresa encaminhará no prazo mínimo de 15 (quinze) dias ao Sindicato Laboral sob cuja jurisdição os trabalhadores estiverem vinculados, o TERMO DE ADESÃO AO REGIME DE BANCO DE HORAS e facultará aos seus representantes fazer esclarecimentos aos interessados quanto às condições de funcionamento do BANCO DE HORAS;

Parágrafo Terceiro: O REGIME DE BANCO DE HORAS, poderá ser aplicado tanto para a antecipação de horas de trabalho, com liberação posterior, quanto para liberação de horas com reposição posterior, a critério do empregador;

Parágrafo Quarto: Na vigência do REGIME DE BANCO DE HORAS a jornada de trabalho não poderá ultrapassar o limite máximo de 10 horas diárias. As horas extras apuradas dentro do banco de horas serão aferidas da seguinte forma: a metade como horas extras, paga em percentual de 50%, e a outra metade devem ser compensadas dentro de um período máximo de 120 (cento e vinte) dias;

Parágrafo Quinto: Não serão compensadas as horas eventualmente trabalhadas nos dias de, Domingo e feriados, as quais serão regularmente registradas e remuneradas com um adicional de 100%;

Parágrafo Sexto: Ao final do período de 120 (cento e vinte) dias estabelecido no **Parágrafo Primeiro** desta cláusula, as horas extras eventualmente trabalhadas e não compensadas serão pagas com acréscimo de 50% do valor da hora normal;



Parágrafo Sétimo: Ocorrendo extinção do contrato de trabalho e havendo saldo de horas extras a serem compensadas, as mesmas serão remuneradas com o acréscimo de 50% do valor da hora normal.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

1 - CAFÉ DA MANHA:

As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados em atividades na sede ou fora dela, café da manhã, composto de pão, leite e manteiga, não fazendo jus a esse benefício os empregados que estiverem viajando a serviço com o recebimento de diárias.

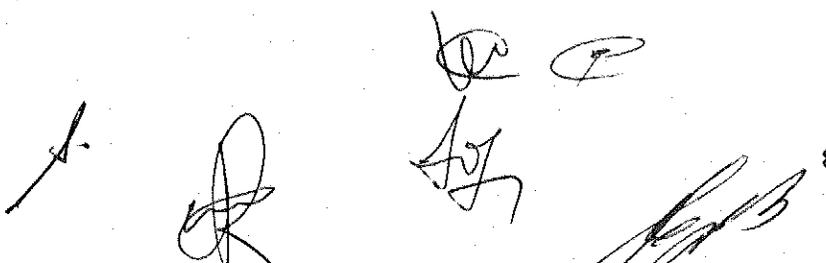
Parágrafo Primeiro: As empresas poderão adotar o sistema de ticket's refeição, fornecimento credenciado ou direto, mediante o credenciamento no Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT. No caso de fornecimento de tickets refeição/alimentação sua distribuição será feita no primeiro dia útil do mês.

2 - ALMOÇO:

As empresas fornecerão aos seus empregados, almoço, podendo utilizar o sistema ticket's refeição, restaurante próprio ou conveniado com credenciamento no PAT. No caso de fornecimento do ticket refeição o valor mínimo deste será de R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos). A concessão do almoço seja por ticket, restaurante próprio ou conveniado ficará limitado ao desconto de até 20% (vinte por cento) do valor da refeição.

Parágrafo Primeiro: Nos trabalhos realizados aos sábados e que ultrapassem das 11:30 horas será fornecida alimentação extra.

Parágrafo Segundo: As entidades sindicais fornecerão cardápio básico às empresas que mantiverem restaurante próprio.



CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: VALE TRANSPORTE

A empresa garantirá sistema gratuito de passes, no trajeto residência/trabalho/residência, referente ao início e fim do expediente diário, a todos os seus empregados, que comprovadamente necessitarem dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DO PLANO DE SAÚDE

Todas as empresas ficarão obrigadas, a partir de maio de 1999, a contratar um plano de saúde básico (standart) a favor de seus empregados sendo que a empresa custeará 40% (quarenta por cento) do valor do referido plano.

Parágrafo Primeiro - O mencionado plano contemplará apenas o trabalhador registrado na empresa.

Parágrafo Segundo - A escolha do plano de saúde referido na presente cláusula ficará a cargo da empresa, com a participação do Sindicato Laboral (SINTTEL) e do Sindicato Patronal (SINDUSCON-GO).

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORA DO LOCAL DA CONTRATAÇÃO

Os empregados em viagens a serviço da empresa terão suas despesas com locomoção, estadia e alimentação bem como lavagem de roupa (uniformes), custeadas pela mesma.

Parágrafo Primeiro: Quando o empregado for transferido temporariamente de sua localidade de trabalho será garantido o mínimo de 25% sobre o seu salário nominal, sem despesa de custo de sua transferência.

Parágrafo Segundo: As vantagens assegurada aos trabalhadores no caput e o Parágrafo Primeiro desta cláusula não serão aplicadas cumulativamente.









Parágrafo Terceiro: Os empregados solteiros visitarão a família a cada trinta dias e os casados, a cada quinze dias.

Parágrafo Quarto: As empresas concederão alojamento dentro dos padrões mínimos aceitáveis pela organização de Saúde, com acompanhamento do SINTTEL-GO/TO.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Os pagamentos serão efetuados mensalmente na primeira sexta-feira do mês seguinte e no máximo até o 5º dia útil conforme legislação específica.

Parágrafo Primeiro: As empresas fornecerão aos seus empregados, por ocasião do pagamento mensal dos salários, comprovantes nos quais constarão: salários recebidos, número de horas extras, descontos efetuados, adicionais pagos, descanso semanal remunerado, além de outros valores que acresçam ou onerem a remuneração;

Parágrafo Segundo - As diferenças de reajustes salariais decorrente das condições estabelecidas neste instrumento deverão ser quitadas até o dia 20 (vinte) do mês de junho/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Fica estipulado o prazo máximo de 90 dias (improrrogáveis) para o contrato de experiência, obrigando-se o empregador a fazer anotação do mesmo na CTPS do empregado conforme o disposto na CLT.

Parágrafo Único: No caso de readmissão de empregado, na mesma empresa e para a mesma função, dentro de um período de 6 meses após o término de contrato anterior, fica vedada a utilização do contrato de experiência.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DAS FALTAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo de salário:



- a) até 05 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana, conforme o disposto no parágrafo 1º do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;
- b) até 03 (três) dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- c) até 05 (cinco) dias consecutivos em virtude de casamento;
- d) nos dias de provas e exames obrigatórios em estabelecimentos de ensino reconhecidos, até 06 (seis) faltas por ano, desde que comprove a realização dos exames e mensalmente a assiduidade às aulas.

Parágrafo Único: Caso a empresa não tenha convênio para pagamento direto do PIS ao empregado, as partes negociarão a liberação do mesmo para recebimento do abono.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DAS PUNIÇÕES

As advertências e suspensões aplicadas aos empregados, após 2 anos, serão canceladas, desde que não tenha havido a prática de novas faltas no mesmo período.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: ASSISTÊNCIA MÉDICA/ODONTOLÓGICA

Criado na vigência da Convenção Coletiva de Trabalho 91/92, o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS, SECONCI-GO - sociedade civil sem fins lucrativos, tem por objetivo prestar assistência social em geral, e, em particular assistência médico-ambulatorial e dentária aos integrantes das categorias patronais e laborais e seus dependentes, conforme consta do 3º Grupo do Quadro a que se refere o Art. 577 da CLT.

Parágrafo Primeiro: A fim de possibilitar a continuidade dos serviços implantados, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, as empresas recolherão, mensalmente, de



forma compulsória, ao SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS - SECONCI-GO, o equivalente a 1% (um por cento) do valor bruto da folha de salários pagos no mês.

Parágrafo Segundo: Os recolhimentos abrangem todos os valores de natureza salarial pagos no mês ao empregado, inclusive os decorrentes da Rescisão de Contrato de Trabalho, exceto os valores correspondentes ao 13º salário integral e/ou proporcional.

Parágrafo Terceiro: O pagamento da contribuição mensal deverá ser efetuado, em guia própria fornecida pelo SECONCI-GO, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente.

Parágrafo Quarto: O recolhimento a que se refere esta cláusula não poderá ser inferior a 20% do piso salarial mensal do servente, vigente no mês do fato gerador.

Parágrafo Quinto: O SECONCI-GO fiscalizará o cumprimento do disposto nesta cláusula, estando as empresas obrigadas a fornecer, sempre que solicitadas, cópias das Guias de Recolhimento do INSS, FGTS e Folhas de Pagamento, para fins de conferência das parcelas recebidas.

Parágrafo Sexto: Com o objetivo de permitir ao SECONCI-GO a elaboração de prontuários de todos os trabalhadores, as empresas contribuintes se obrigam a enviar, no ato do seu cadastramento no SECONCI-GO, a GRE do FGTS e mensalmente, até o dia 30, cópia do CAGED para atualização do cadastro de seus trabalhadores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: HIGIENE E SEGURANÇA

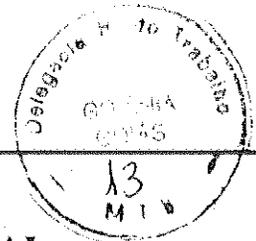
As empresas manterão nos locais de trabalho, instalações sanitárias, chuveiros e vestiários, com separação por sexo, em perfeitas condições de higiene.

Parágrafo Primeiro: As empresas que possuem refeitórios os manterá em condições de conforto e higiene.

Parágrafo Segundo: As empresas fornecerão aos seus empregados água potável.



12



CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: AUXÍLIO FUNERAL

A empresa concederá Auxílio Funeral correspondente a 06 (seis) salários mínimos, em caso de falecimento do empregado por acidente do trabalho, ou arcará com o custo do funeral em padrões mínimos, no local da contratação, cuja opção será da família.

Parágrafo Primeiro: Quando ocorrer o falecimento do empregado, será concedido ao herdeiro legal uma ajuda financeira equivalente a 3 (três) salários mínimos, paga de uma única vez, até dez dias após a apresentação do atestado de óbito.

Parágrafo Segundo: As empresas que possuem seguro de vida em grupo, sem ônus para os empregados e que cubra valor de 06 (seis) salários mínimos para a hipótese de ocorrência do fato previsto no "Caput" desta cláusula e três salários mínimos para a hipótese prevista no parágrafo 1º, fica dispensada do pagamento do auxílio funeral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: AUXÍLIO EDUCAÇÃO

As empresas se obrigam a firmar convênio com o ministério da educação, repassando ao trabalhador o salário educação, a partir de 2000.

Parágrafo Único: As empresas garantirão o financiamento de material escolar aos seus empregados estudantes, conforme critério a ser estabelecido entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA: DA AUTOMAÇÃO DOS SERVIÇOS

Havendo automação dos serviços, as empresas se comprometem a aproveitar a mão-de-obra disponível, inclusive com mudança de função.

(Handwritten signatures and initials)

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA: PAGAMENTO DO 13º - AUXÍLIO DOENÇA

Ao empregado afastado por motivo de doença e em gozo de benefício previdenciário por mais de 90 dias até o limite de 180 dias será garantido o pagamento do 13º salário como se trabalhando estivesse.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA: DA ESTABILIDADE À GESTANTE

À empregada gestante, fica assegurada estabilidade de até 60 (sessenta) dias após cessado o auxílio previdenciário, desde que a empregadora tenha sido notificada através de atestado médico;

Parágrafo Único: Para fins de proteção à maternidade, a prova de encontrar-se a empregada em estado de gravidez poderá ser feita mediante atestado médico, ficando a mesma obrigada a exibi-lo ao empregador o referido atestado até a data do afastamento previsto no artigo 392 da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA: DO TRANSPORTE DE OPERÁRIOS

Fica vedado o transporte específico para obras, de operários em caminhões descobertos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA: DIRIGENTES SINDICAIS

Será liberado um dirigente sindical por empresa e por um dia no mês, com ônus para o empregador, conforme solicitação apresentada pelo SINTTEL, com devida antecedência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA: CURSOS DE INTERESSES DA CATEGORIA

Ao empregado indicado pelas Entidades da Classe Laboral para participar de cursos, palestras, simpósios, plenários, seminários e congressos de interesse da Categoria, fica

(Handwritten signatures and initials)

suspenso o contrato de trabalho quanto a remuneração, considerando-se o período de afastamento como efetivo tempo de serviço para os demais fins legais, por um prazo mínimo de 10 (dez) dias e no máximo de 60 (sessenta) dias no ano, comprometendo-se o empregador a assegurar-lhe quando de seu retorno as mesmas garantias da função em que se encontrava antes do afastamento.

Parágrafo Primeiro: Fica assegurado ao empregado representante do sindicato laboral, o direito a participação de cursos, palestras, simpósios, plenários, e congressos, desde que não ultrapasse a 15 dias. Sendo o curso de formação técnica e de interesse da empresa e de comum acordo com o empregado, será custeado pela mesma. Sendo de formação sindical, será custeado pelo SINTTEL, sem direito ao pagamento de salários do período correspondente.

Parágrafo Segundo: As empresas poderão, a seu critério, e mediante solicitação do empregado, conceder bolsas de estudos para especialização e reciclagem profissional, sem ônus para o empregado.

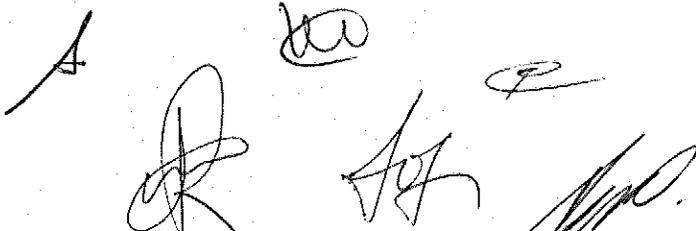
CLÁUSULA TRIGÉSIMA: CONVÊNIOS DE INTERESSE DA CATEGORIA

O Sindicato Patronal (SINDUSCON-GO) e o Sindicato Laboral (SINTTEL) deverão celebrar convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-Depto Regional de Goiás) objetivando à avaliação dos trabalhadores das empresas do setor para o atendimento da Norma NBR-ISO 9000.

Parágrafo Único - O referido convênio deverá contemplar também a formação de mão-de-obra, treinamentos e reciclagens.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA: FORNECIMENTO DE E.P.I.

* Serão fornecidos gratuitamente pela empresa, uniformes, macacões, fardamentos, peças, vestuários e equipamentos de proteção individual, quando exigidos por lei ou pelo empregador.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA: QUADRO DE AVISOS

A empresa concederá a instalação de um quadro de avisos para uso do sindicato, para comunicações de interesse da categoria.

Parágrafo Único: As empresas se obrigarão a afixar a presente convenção coletiva de trabalho no quadro de avisos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA: DA VENDA DE VEÍCULOS

No caso de venda de veículo dirigido pelo trabalhador a empresa dará a preferência de venda ao mesmo, cujas condições de pagamento serão acordadas entre as partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUARTA: 13º SALÁRIO

O pagamento da 1º parcela do 13º salário coincidirá com as férias do trabalhador, independentemente da exigência contida no art. 4º, do Dec.-Lei nº 57.155/65, facultando-se ao trabalhador a recusa deste benefício.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUINTA: AUXÍLIO AO FILHO EXCEPCIONAL

A empresa concederá um auxílio mensal aos excepcionais, filhos de empregados, correspondente a 50% do custo da escola, limitado este percentual a 1 (um) salário mínimo observadas as condições seguintes:

- a) A condição de excepcional, assim entendido aquele que não apresentar condições mínimas de independência e auto-cuidado, deverá ser expressamente declarada em atestado idôneo, expedido por profissional especializado e sujeito a averiguação por parte do serviço médico da empresa.
- b) O Reembolso será efetuado mediante comprovação das despesas efetuadas pelo empregado.



- c) Nos casos de inexistência de estabelecimentos especializados na localidade de lotação do empregado ou impossibilidade de frequência, decorrente de sua condição de excepcionalidade, faculta-se optar pela percepção de um valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor limite de reembolso, independente de comprovação de despesas.
- d) Os empregados participarão com 10% (dez por cento) do custo dos benefícios efetivamente recebidos.
- e) Fica também assegurado o Auxílio ao Excepcional para os filhos de empregados separados judicialmente, divorciados, viúvos e solteiros que detenham legalmente a posse e guarda sobre os filhos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEXTA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

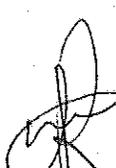
As verbas rescisórias serão calculadas com base na maior remuneração percebida pelo empregado.

Parágrafo Primeiro: Por ocasião da extinção do contrato de trabalho, a empresa fornecerá ao empregado a declaração de rendimentos para a Receita Federal, o Atestado de Afastamento e salário - ASS, para fins previdenciários.

Parágrafo Segundo: O empregador comunicará, por escrito, ao empregado, o dia, hora e local para efetuar a homologação da rescisão. Cumprindo essa formalidade, o empregador ficará isento de penalidades previstas na Lei nº 7.855/89, caso o empregado não compareça no horário determinado, ficando a entidade laboral com incumbência de fornecer um Atestado comprobatório de sua ausência, desde que no horário previsto para a realização de homologações.

Parágrafo Terceiro: As empresas fornecerão carta de apresentação aos empregados que se desligarem das mesmas, desde que não haja nenhum registro desabonador em sua ficha de registro e que haja solicitação do empregado.

A







CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SÉTIMA: CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A empresa em atendimento ao disposto no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, descontará de cada empregado, em folha de pagamento, as taxas estabelecidas em Assembléias Gerais da categoria, que serão repassadas até o quinto dia útil do mês subsequente.

- a) Com fundamento na decisão emanada da Assembléia Geral do Trabalhadores, as empresas se obrigam a descontar, mensalmente, de todos os associados, a importância equivalente a 1,0% do salário nominal do empregado.
- b) Ainda com fundamento na decisão da referida Assembléia, as empresas se obrigam a descontar de todos os empregados, a importância equivalente a 2% dos salários no mês de Setembro e 2% dos salários no mês de Outubro/2000, a título de taxa de fortalecimento.

Parágrafo Primeiro: Subordinam-se os descontos previstos na letra "b", à não oposição do trabalhador, manifestada perante a empresa até 10 (dez) dias, contados da data do registro do presente instrumento junto ao Ministério do Trabalho.

Sindicato *Mensal* *Contribuição* *Sinco* *23%*
Parágrafo Segundo: O desconto mensal de 1,0% do salário nominal dos associados será recolhido na conta 501.420-4, banco BEG, agência 617.

Parágrafo Terceiro: Os descontos de que tratam as letras "a" e "b", deverão ser repassados ao sindicato até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto, acompanhado da relação nominal e valores descontados de todos os empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-OITAVA: DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS

Ficam os empregadores obrigados a fornecer recibo dos documentos entregues por seus empregados, para quaisquer finalidades, discriminando os documentos recebidos e as datas de recebimento e devolução.

A *W* *Arj* *Spb*

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA: DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DA EMPRESA AO SINDUSCON

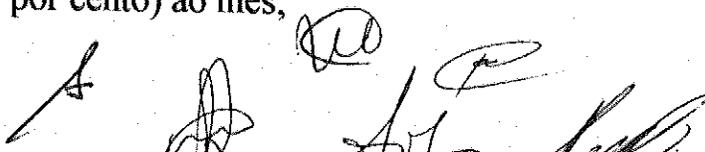
Com fundamento na decisão emanada de Assembléia Geral do Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás, realizada em 04 de maio de 2000, as empresas da Construção Civil, associadas ou não, se obrigam a recolher a favor do Sindicato Patronal, a importância conforme especificação abaixo e cuja contribuição, deverá ser recolhida em guia própria do Sindicato até 30.julho.2000.

CAPITAL SOCIAL

- a) Até 7.700 UFIR's (sete mil e setecentas), contribuição de 100 UFIR's (cem);
- b) De 7.701 UFIR's (sete mil setecentas e uma) à 30.500 UFIR's (trinta mil e quinhentas), contribuição de 150 UFIR's (cento e cinquenta);
- c) De 30.501 UFIR's (trinta mil quinhentas e uma) à 77.000 UFIR's (setenta e sete mil), contribuição de 200 UFIR's(duzentas);
- d) De 77.001 UFIR's (setenta e sete mil e uma) à 154.000 UFIR's (cento e cinquenta e quatro mil), contribuição de 300 UFIR's (trezentas);
- e) De 154.001 UFIR's (cento e cinquenta e quatro mil e uma) à 385.000 UFIR's (trezentas e oitenta e cinco mil), contribuição de 400 UFIR's (quatrocentas);
- f) De 385.001 UFIR's (trezentas e oitenta e cinco mil e uma) à 770.000 UFIR's (setecentos e setenta mil), contribuição de 500 UFIR's(quinhentas);
- g) De 770.001 UFIR's (setecentos e setenta mil e uma) à 1.550.000 UFIR's (hum milhão e quinhentos e cinquenta), contribuição de 600 UFIR's (seiscentas);
- h) Acima de 1.550.001 UFIR 's (hum milhão quinhentos e cinquenta e uma), contribuição de 700 UFIR's.

Parágrafo Primeiro - O pagamento após o prazo acarretará os seguintes acréscimos:

- a) Juros de mora de 1% (hum inteiro por cento) ao mês;



b) Multa de mora de 2% (dois inteiros por cento) ao mês.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA: DO CUMPRIMENTO
DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

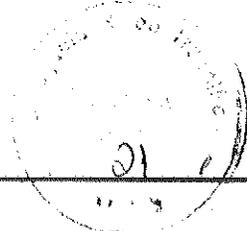
Serão deveres e obrigações dos empregados, dos empregadores e das entidades convenientes, cumprirem e fazer cumprir as normas aqui estabelecidas.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-PRIMEIRA: SEGURO DE VIDA EM
GRUPO**

Todas as empresas ficaram obrigadas, a partir de 01.05.2000, a contratar um plano de seguro em grupo a favor dos seus empregados, com as seguintes coberturas e características mínimas:

- 1) R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em caso de morte do empregado por qualquer causa, independente do local ocorrido;
- 2) R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em caso de invalidez permanente do empregado, causado por acidente ou doença (profissional ou não), independente do local ocorrido. Caso a invalidez por acidente seja parcial, a indenização deverá ser proporcional ao grau de invalidez;
- 3) R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em caso de morte do cônjuge ou companheiro por qualquer causa;
- 4) R\$ 1.000,00 (um mil reais), em caso de morte de cada filho do empregado, limitado a 4 (quatro), por qualquer causa;
- 5) R\$ 1.000,00 (um mil reais), em favor do empregado, quando ocorrer o nascimento de filho(a) portador de invalidez causada por doença congênita, o(a) qual não poderá exercer qualquer atividade remunerada, e que seja caracterizada por atestado médico até o sexto mês após o dia do seu nascimento;

(Handwritten signatures and initials)



Parágrafo Primeiro - As indenizações, independentemente da cobertura, deverão ser processadas e pagas aos beneficiários do seguro, no prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas após a entrega da documentação completa exigida pela seguradora.

Parágrafo Segundo - Além das coberturas previstas no “caput” desta Cláusula, a apólice de Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar uma cobertura para auxílio-funeral, no valor mínimo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o qual será corrigido na forma do Parágrafo Terceiro.

Parágrafo Terceiro - As empresas que optarem por valores maiores do que os estabelecidos acima, nas coberturas de sinistro, poderão pactuar com seus empregados a participação destes, no pagamento dos prêmios. O acréscimo nos prêmios de seguro, poderão ser descontados nos salários dos empregados beneficiados. Para isto, deverão os empregados assinar o Termo de Adesão.

Parágrafo Quarto - O SINDUSCON-GO visando facilitar a implementação deste benefício, firmará convênio com seguradoras e corretoras e colocará à disposição de seus filiados.

Parágrafo Quinto - Aplica-se o disposto na presente cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive, às empreiteiras e subempreiteiras, ficando, a segunda, responsável subsidiariamente pelo cumprimento desta obrigação.

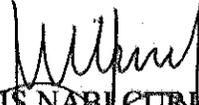
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-SEGUNDA: DESCUMPRIMENTO E PENALIDADES

O descumprimento pela empresa das obrigações ajustadas no presente instrumento, acarretará multa de 0,5% do salário mínimo vigente a cada dia, por infração e por empregado afetado, a qual reverterá em favor do(s) empregado(s) prejudicado(s) ou do Sindicato, conforme a natureza da cláusula descumprida ou desrespeitada.

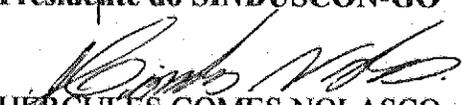
Parágrafo Único: O Sindicato laboral notificará a empresa por descumprimento de qualquer uma das cláusulas, ficando acordado, ainda que, uma vez notificada, a empregadora disporá do prazo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade apresentada, sob pena de sofrer as sanções previstas na presente Convenção.

E por estarem justas e convencionadas, firmam as partes a presente Convenção Coletiva do Trabalho, em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legais e jurídicos efeitos observado o disposto no artigo 614 da CLT.

Goiânia, 05 de junho de 2000.



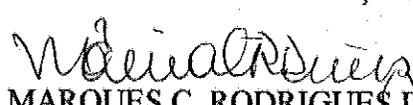
SARKIS NABL CURJ
Presidente do SINDUSCON-GO



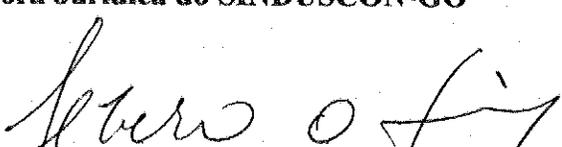
HERCULES GOMES NOLASCO
Diretor da CPRT/SINDUSCON-GO



REGINALDO BORGES DOS SANTOS
Diretor do Setor de Telecomunicações do SINDUSCON-GO

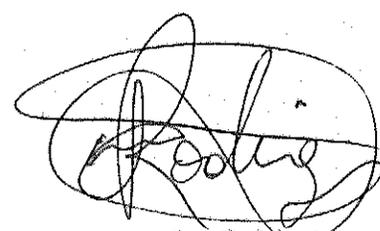


VÂNIA MARQUES C. RODRIGUES DINIZ
Assessora Jurídica do SINDUSCON-GO



DIRETORIA COLEGIADA DO SINTTEL/GO/TO

Assessoria de Comunicação Social
Assessoria Jurídica



Vanderley R. Rodrigues
Diretor de Políticas Sociais

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO AO REGIME DE BANCO DE HORAS

Pelo presente instrumento, a empresa.....com
(nome da empresa)
sede à.....,por seu representante
(endereço completo)
legal,.....declara sua adesão e plena aceitação dos termos da
(nome)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA da Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o SINDUSCON-GO - Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás e Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Goiás e Tocantins - SINTTEL, que institui o regime de compensação de horas de trabalho denominado "BANCO DE HORAS", na forma do que dispõem os parágrafos 2º e 3º do art. 59 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pelo art. 6º da Lei 9.601 de 22/01/98.

Declara outrossim, sob as penas da lei que sempre que solicitado, apresentará as informações que permitam o acompanhamento e verificação do fiel cumprimento dos requisitos previstos na legislação e na referida cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive datas de início e término dos períodos de 120 (cento e vinte) dias do Banco de Horas.

Goiânia,.....de.....de.....

Assinatura do responsável legal da empresa

